



PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

TIPO DE MATÉRIA: PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N.º 23/2026.

EMENTA: Autoriza a abertura de crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026 no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e dá outras providências.

AUTOR: Geri Natalino Dutra 2025-2028 - Prefeito.

DATA DO PROTOCOLO DA MATÉRIA: 06 de fevereiro de 2026.

RELATOR: Rodrigo José Correia - União Brasil

I - RELATÓRIO E ANÁLISE

O presente Projeto de Lei busca autorização para a abertura de crédito suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), junto à Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes.

Aduz o proponente que a abertura do crédito em epígrafe tem por finalidade suplementar a despesa referente à indenização decorrente da ação de manutenção e melhoramento das condições do transporte coletivo, em cumprimento à Lei Municipal nº 6.385, de 30 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a concessão de subsídio orçamentário extraordinário, na modalidade indenizações e restituições, à tarifa do transporte público coletivo urbano de passageiros.

Ressalta o proponente que o montante do subsídio foi fixado no valor de R\$ 5.365.043,71 (cinco milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, quarenta e três reais e setenta e um centavos), divididos em 30 (trinta) parcelas mensais e consecutivas, corrigidas mensalmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE.

Informa, ainda, que para a referida suplementação será necessária a anulação parcial do valor previsto na rubrica orçamentária destinada ao aporte para cobertura do déficit atuarial junto ao PATOPREV. Tal redução observará o disposto na Lei Municipal nº 6.537, de 5 de dezembro de 2025, que trata da vinculação, a título de aportes intraorçamentários, de parcela livre do produto do Imposto de Renda Retido na Fonte





(IRRF) dos servidores municipais de todos os Poderes ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Pato Branco/PR – PATOPREV, para fins de equacionamento do déficit atuarial.

O proponente esclarece, ainda, que, considerando a projeção de repasse mensal ao PATOPREV no valor de R\$ 343.086,16 (trezentos e quarenta e três mil, oitenta e seis reais e dezesseis centavos), será necessário o montante total de R\$ 4.117.033,92 (quatro milhões, cento e dezessete mil, trinta e três reais e noventa e dois centavos). Assim, verifica-se que a quantia prevista no orçamento municipal, na dotação nº 40318, encontra-se superior ao valor efetivamente necessário para o cumprimento da obrigação dos aportes, possibilitando a anulação parcial sem prejuízo ao equilíbrio atuarial.

Portanto, enfatiza o Executivo Municipal que o remanejamento do valor em questão é necessário para adequar o orçamento municipal às demandas atuais, assegurando o cumprimento das obrigações junto à empresa TUPA, concessionária do transporte coletivo.

II - VOTO DO RELATOR

Compete à Comissão de Orçamento e Finanças, nos termos do Regimento Interno desta Casa de Leis, manifestar-se quanto aos aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais das proposições em tramitação, analisando sua compatibilidade com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, bem como a correta técnica legislativa sob o ponto de vista contábil e fiscal.

No exercício dessa atribuição, e visando assegurar a regularidade formal e material da matéria, foi solicitado, no dia 10 de fevereiro, parecer contábil acerca do projeto em análise.

Em 12 de fevereiro, o referido parecer foi devidamente anexado à matéria, o qual atestou que a proposição encontra-se apta a prosseguir com o protocolo e tramitação regular, sob o ponto de vista técnico-contábil.





Todavia, o parecer apresentou apontamento específico quanto à redação do art. 2º, que mencionava a expressão “crédito especial”. Conforme destacado pelo Departamento Contábil, a essência da matéria trata da abertura de crédito suplementar, logo, por questão de adequação técnica e correção terminológica, recomendou-se a elaboração de emenda modificativa para substituir a expressão “crédito especial” por “crédito suplementar”.

Diante do exposto, considerando a competência desta Comissão para zelar pela adequada técnica orçamentária e pela conformidade legal das proposições, este Relator manifesta **voto favorável à regimental tramitação** do Projeto de Lei 23/2026.





III - CONCLUSÃO

Os membros da Comissão de Orçamento e Finanças, conforme dispõe o inciso I do art. 51 do Regimento Interno, em reunião realizada no dia 25 de fevereiro de 2026, acompanham o voto do relator ao Projeto de Lei Ordinária n.º 23/2026.

Pato Branco, datado e assinado digitalmente.





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: CC81-3DD5-3F3D-3623

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ RODRIGO JOSÉ CORREIA (CPF 009.XXX.XXX-60) em 25/02/2026 16:19:37 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ FABRICIO PREIS DE MELLO (CPF 047.XXX.XXX-43) em 25/02/2026 16:19:52 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ THANIA MARIA CAMINSKI GEHLEN (CPF 777.XXX.XXX-00) em 25/02/2026 16:29:18 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ANNE CRISTINE GOMES DA SILVA CAVALI (CPF 855.XXX.XXX-49) em 25/02/2026 16:38:07 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ALEXANDRE ZOCHE (CPF 044.XXX.XXX-05) em 25/02/2026 16:58:40 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cmpatobranco.1doc.com.br/verificacao/CC81-3DD5-3F3D-3623>